



CRÍTICA
marxista

RESENHAS

Bourgeoisie: État d'une classe dominante

Vários autores, Paris, Éds. Syllèpse, 2001

FRANCISCO PEREIRA DE FARIAS*

Os ensaios da coletânea *Bourgeoisie: état d'une classe dominante*, conforme o texto introdutório, têm em comum a tese segundo a qual, “no coração das economias, e mais amplamente das sociedades contemporâneas, se encontra uma classe dominante, que pode ser denominada de burguesia” (p. 6), idéia que está longe de ser consensual numa conjuntura em que muitos autores entendem que está superado o conceito de classe. Tomando em consideração alguns importantes fenômenos econômicos contemporâneos (os novos setores da economia, a capitalização dos fundos de pensão, a mundialização financeira), os autores desta coletânea contribuem para uma abordagem multidisciplinar do proble-

ma das classes sociais. O livro é oriundo de uma série de seminários ocorridos na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* de Paris e traz, em seu capítulo final, a transcrição do debate que se seguiu à apresentação das teses contidas nos textos. Vamos apresentar o conteúdo desses textos e fazer alguns comentários que nos parecem pertinentes.

Os sociólogos Anne-Catherine Wagner e Pierre-Paul Zalio, no ensaio “La Bourgeoisie Française sous le Régard des Sociologues”, sem desconsiderar os elementos de diferenciação e concorrência internos à burguesia, enfatizam o aspecto de sua unificação, destacando a dimensão dos recursos culturais-simbólicos que concorrem para essa unidade. Os dois autores adotam a linha

* Professor da Universidade Federal do Piauí.





de abordagem encontrada em Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot, *Sociologie de la Bourgeoisie* (La Découverte, Paris, 2000), segundo a qual, dada a homologia das estruturas de poder econômico, político e cultural-simbólico, distribuindo os agentes numa hierarquia dominantes e dominados, um mesmo grupo social – a classe dominante – tende a concentrar o patrimônio, a influência política e os recursos simbólicos. Falemos um pouco dessa corrente sociológica.

Tal corrente procura mostrar como a sociedade francesa contemporânea tende a reproduzir a concentração da dominação no interior de um grupo social restrito: o grande patronato. Tendo o seu domínio fundado nas relações econômicas, essa burguesia ganharia uma dimensão de grupo subjetivamente constituído, adquirindo importância os mecanismos de agregação espontâneos ou informais, como os clubes de lazer, as relações de vizinhança, a socialização em comum dos filhos ou as estratégias dos casamentos. Se essa abordagem fornece evidências para a análise de classes da sociedade contemporânea, ela não deixa de apresentar algumas dificuldades.

Primeiro, ela teria de evitar comprometer-se com a interpretação da “coincidência” do acúmulo dos poderes no mesmo grupo social, pois poderia em outro momento ocorrer a não-coincidência, anulando-se as condições unitá-

rias de uma classe dominante. Seria preciso se justificar a tese do acúmulo de poderes como uma tendência necessária, e não apenas eventual, da sociedade dividida em proprietários e não-proprietários dos meios de produção.

Segundo, a tese da homologia das estruturas dos poderes não parece se adequar bem à tentativa dos autores em restabelecer a distinção entre “classe em si” e “classe para si”. Para tais autores, a burguesia, por concentrar os recursos culturais-simbólicos, tenderia a se constituir em classe “para si”, ao passo que as classes trabalhadoras, dadas as suas carências de recursos, encontrariam grandes dificuldades em tomar “consciência” dos próprios interesses. Mas, a rigor, a tese da homologia das estruturas dos poderes faz desaparecer o problema da passagem de uma classe “em si” a uma classe “para si”, uma vez que a classe dominante concentra simultaneamente os recursos econômicos e os simbólicos, da mesma forma que as classes trabalhadoras também dispõem, embora em grau menor, de recursos tanto materiais quanto simbólicos. Em outros termos, as condições da classe “em si” e “para si” são ao mesmo tempo dadas.

Terceiro, se são inegáveis os mecanismos de agregação da burguesia descritos no caso francês, até que ponto eles envolvem toda a classe ou referem-se a segmentos no interior da mesma? Por exemplo, a estratégia de proteger a



propriedade, controlando a sucessão matrimonial, poderia revelar uma preocupação menos com a propriedade privada enquanto tal – esta apenas em raros momentos de crise ampla das coletividades de classes é posta em questão – do que com a cota de participação do grupo familiar na riqueza capitalista. A preocupação com a herança estaria dentro do horizonte da competição intercapitalista: a desagregação de um grupo empresarial aqui implica o incremento de um outro ali. No caso dos clubes de lazer, não haveria uma clivagem dos mesmos segundo os segmentos das atividades econômicas dos seus freqüentadores? (A agregação por segmentos ou frações do capital parece significativa no nível associativo-reivindicativo.) Em resumo, parece ir longe demais a afirmativa dos autores de que a burguesia como um todo tenha uma “existência cotidiana”, ou seja, constitua-se num agrupamento global e ativo, no atual cenário de reprodução do capitalismo na França. Como notou um dos debatedores no capítulo final: “(...) na realidade, parece-me, aquilo que a abordagem cultural, própria da sociologia, designa não é uma classe social, mas uma ‘fração’ de classe” (p. 102).

No capítulo intitulado “Bourgeoisie Capitaliste et Salariat: Éffacement ou Reproduction des Frontières de Classe?”, a economista Suzanne de Brunhoff indaga se os fenômenos tais

como a compra de ações pelos empregados ou a capitalização dos fundos de pensão aboliriam as fronteiras e os conflitos entre patrões e trabalhadores. Ela argumenta que a existência de trabalhadores acionistas não altera suas situações no poder de decisão dentro das empresas; o que muda é a capacidade de consumo desse contingente de trabalhadores. Em contrapartida, aumentam as desigualdades de renda entre os trabalhadores e criam-se condições, ao difundir o individualismo, para a política de precarização dos direitos sociais.

Brunhoff ressalta que, ao falar em capitalismo em geral, isso não a impede de distinguir entre o capital de finança e o capital de produção, e de refletir sobre o papel de cada um e sobre os conflitos entre eles (como o provocado pelo nível elevado das taxas de juros). Adverte a autora que ela não faz uma distinção “estrutural” entre essas clivagens da burguesia.

Sobre a interpretação dessa advertência, podemos indagar, em primeiro lugar, se não se devem fixar os critérios pelos quais se estabelecem as clivagens intracapitalistas. É certo que as lutas entre os segmentos de capitalistas não põem em questão os elementos estruturantes do capitalismo (como a ideologia do lucro). Porém, cabe a pergunta se a diferenciação de interesses burgueses (burguesia industrial, comercial etc.) não tem sua base na própria





estrutura da economia. Em segundo lugar, a atenção aos conflitos entre frações da burguesia não seria importante, ao lado da relação capital/trabalho, para o entendimento da dinâmica da sociedade capitalista? Essa questão aparece implícita na observação feita por um dos debatedores dos ensaios: “(...) a questão da definição da burguesia e de suas frações, notadamente, em seus aspectos políticos, está igualmente no coração da análise do neoliberalismo” (p. 109).

O economista Claude Serfati, no capítulo “Une bourgeoisie mondiale pour un capitalisme mondialisé?”, argumenta que a mundialização financeira é um processo “diferenciado, desigual e combinado”, o que significa a permanência das divisões nacionais. Destaca a condição da burguesia financeira européia, que, embora subordinada aos interesses americanos, não pode ser vista como simples intermediária dessa hegemonia, pois mantém uma margem de independência capaz de sustentar certos conflitos com o núcleo hegemônico. Por exemplo, a burguesia financeira francesa procura preservar o seu controle sobre a produção de mais-valia em face da concorrência dos fundos de pensão americanos e ingleses. Conclui o autor que as burguesias desses vários países, sem deixar de partilharem o mesmo interesse de explorar os assalariados, jamais suprimiram a concorrência intercapitalista ou interimperialista.

Cabe fazermos uma observação sobre o uso da expressão “capital financeiro”, que apresenta no texto uma certa oscilação, ora indicando a associação entre o capital industrial e o capital bancário, ora referindo-se a esse último exclusivamente. Tal fato pode ser ilustrado pela afirmativa do autor de que “(...) o capital financeiro tem uma existência bem mais antiga que aquela do capital industrial” (p. 84), o que se subentende a referência às atividades bancárias. Essa questão de terminologia não parece sem importância, pois nela subjaz a questão de saber se o conflito básico no seio da classe dominante dar-se-ia entre o capital industrial e o capital bancário, ou se tal conflito ocorre, acima de tudo, entre um novo grupo de capitalistas (resultante da associação entre certas indústrias e certos bancos) e o capital industrial autônomo, por um lado, e o capital bancário exclusivo, por outro lado.

A filósofa Isabelle Garo, em “La Bourgeoisie de Marx: les Héros du Marche”, revisita o conceito marxiano de burguesia, definida como uma classe ao mesmo tempo dividida pela concorrência interna e unida pela sua posição no seio do modo de produção. Ela avalia que o uso da expressão “burguesia” no discurso marxiano nem sempre tem uma função descritiva, mas guarda um sentido crítico e prospectivo, referida ao processo histórico que ultrapassa uma conjuntura. Garo aponta também um critério para



se perceber a dominação de classe: é no nível das políticas econômicas e sociais que se reproduz e se estende o domínio do capital e particularmente do capital financeiro. Os conflitos internos à classe dominante, à medida que condicionam as políticas do Estado, constituem um dos fatores determinantes da dinâmica das relações de produção (salários, seguridade etc.).

Em resumo, o livro em enfoque fornece um conjunto de evidências no sentido de se contestar a tese de que teria sido superada a análise de classes com referência à sociedade contemporânea e propicia um leque de questões para o aprofundamento do conceito de classes sociais.



NORMAS PARA COLABORAÇÕES

A Revista *Crítica Marxista* aceita colaborações.

Ver normas e orientações no site:

www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista

Revista Outubro n. 8

Governo Lula, trabalho imaterial, pactos sociais e guerra contra o Iraque são alguns dos temas abordados pela revista neste número.

À venda na loja virtual Submarino (www.submarino.com.br)

Outubro na Internet www.revistaoutubro.com.br;

E-mail: outubro@revistaoutubro.com.br

Assine a

REVISTA SEM TERRA

A revista Sem Terra chegou ao seu 4º ano. Se você não conhece, peça seu exemplar-cortesia. E para receber os números seguintes, faça sua assinatura!

Aqui você encontra, todo trimestre, reportagens, entrevistas e artigos sobre os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais nacionais e internacionais.

Envie seus dados (nome, endereço completo, telefone, correio eletrônico) juntamente com a opção de pagamento: cheque à ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola ou depósito em conta Bradesco agência 0136-8 c/c 117138-0, em favor da Associação.

Assinatura por 4 edições: R\$ 25,00

Assinatura por 8 edições: R\$ 46,00

Revista Sem Terra

Al. Barão de Limeira, 1232 – 01202-002 São Paulo –SP
revista@mst.org.br <http://www.mst.org.br>



edi aapl anetisV

:t

www.revan.com.br

Todos os nossos títulos estão lá, organizados por ordem de autor, título ou tema. Você poderá comprar escolhendo a forma de pagamento (cartão, cheque ou depósito bancário) e receberá a compra em sua casa.

Estamos tomando nosso site mais atraente. Cada dia mais, você pode ler lá resenhas de imprensa, capítulos de livros e, em breve, poderá também falar por e-mail com nossos autores e encontrar outras atrações.

Logo ao entrar, você já fica sabendo o que anda acontecendo na Revan, nossos lançamentos, eventos, notícias na imprensa, textos interessantes etc. E agora você também pode deixar registrada a sua opinião sobre nossas publicações.

Atendemos também a livrarias, diretamente.

*Se preferir, podemos atendê-lo por telefone,
e-mail, fax ou carta.*

Editora Revan

Avenida Paulo de Frontin, 163
20260-010
Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2502-7495
Fax: (21) 2273-6873

Nossos e-mails:

Editorial:
editorial@revan.com.br

Vendas:
vendas@revan.com.br

Divulgação:
divulg@revan.com.br